

# Governo teme sangria e luta contra reforma

— O Governo ainda não se deu por derrotado na questão da reforma tributária que os constituintes estão promovendo, através do aumento de 30 por cento para 46 por cento das repasses da arrecadação da União para estados e municípios a partir de 1988.

O secretário de imprensa da Presidência da República, Antônio Frota Neto, afirmou que, pela proposta que poderá ser embutida no anteprojeto da Comissão de Sistematização, o País ficará inviabilizado financeiramente, pois vai repassar para estados e municípios apenas as receitas, ficando com os encargos. Para ele, o ideal é que sejam repassados também os encargos, pois a União está tão pobre que não tem condições de executar os programas de responsabilidade do Estado, como os de saúde, educação e transporte, além da infraestrutura sanitária.

## BRESSER

Uma avaliação feita na Constituinte sobre os resultados dos entendimentos com as lideranças da assembleia e o Palácio do Planalto, a respeito da reforma tributária, mostra que o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, sofreu novo desgaste, que veio somar-se ao resultante do veto da proposta brasileira de negociação externa, por parte do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III.

Esta feita, os líderes da Constituinte reafirmaram os dispositivos do projeto Bernardo Cabral e foram mais além, acolhendo a emenda de iniciativa das representações do Norte,

Nordeste e Centro-Oeste, ampliando de 2% para 3% da receita do Imposto de Renda e do IPI a transferência adicional aos estados das três regiões, para aplicação exclusiva em investimentos.

O ministro Bresser Pereira, na reunião da manhã de domingo, na residência do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, manifestou-se contra a destinação de 47% da receita dos dois principais tributos federais aos Estados e Municípios, mas foi votado vencido.

Levantou, então, durante a reunião, a hipótese de uma considerável ampliação da carga tributária, como forma de compensar a União da perda de receita, mas a proposta foi recusada pelo próprio presidente Sarney, que autorizou o ministro Costa Couto a garantir aos líderes da Constituinte que não haverá um acréscimo adicional da carga tributária, além do que está previsto, por conta dessa perda de receita.

Sarney, contrariando o ministro, concordou com a decisão dos líderes da Constituinte de ampliar em 17 pontos percentuais, de 30% para 47% as transferências de recursos federais para os Estados e Municípios, sem a obrigatoriedade da contrapartida da elevação dos encargos desses dois níveis de governo. Houve, naquela reunião apenas menção à possibilidade de os estados e municípios virem, posteriormente, a aceitar alguns encargos hoje sob a responsabilidade da União, relativos à educação, saúde e saneamento, mas os governadores já deixaram claro

que isso será inaceitável.

A disposição da maioria da constituinte — somente os parlamentares do Norte, Nordeste e Centro-Oeste somam 292 votos — é aprovar o art. 213 do projeto Bernardo Cabral tal como ele se encontra, apenas ampliando de 2% para 3% a destinação prevista na letra "C" do inciso I do mesmo artigo.

Feltas as contas, com base na previsão de receita dos dois tributos federais em 1988, de acordo com o projeto de lei orçamentário em tramitação no Congresso, e que deverá ser retirada para as adaptações necessárias, os Estados receberão um acréscimo de Cz\$ 253,56 bilhões, sendo Cz\$ 145,3 bilhões do IPI e Cz\$ 108,3 bilhões do imposto de renda.

A União, que no próximo ano esperava transferir aos Estados e Municípios Cz\$ 568,8 bilhões e ficar com Cz\$ 1.586,6 bilhões, de um total de Cz\$ 2.155,4 bilhões da receita do Tesouro, terá de transferir Cz\$ 821,4 bilhões ficando com apenas Cz\$ 1.333,0 bilhões.

As bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste ainda pretendem aprovar dispositivo dispondo sobre a regionalização do orçamento da União e que devia ao Nordeste, hoje, uma participação mínima de 30% no total das verbas do orçamento federal.

O projeto Bernardo Cabral manteve esse dispositivo mas excluiu a palavra "até". Os constituintes reapresentaram a emenda em seu texto original, para ficar claro que essa mudança terá de ser feita, no máximo até 1998, e não em 1989.



Richa atende militares

## Subordinação da PM gera discórdia

A total subordinação das polícias militares ao Exército, proposta em emenda do senador José Richa, acabou sendo acolhida pelo relator Bernardo Cabral. Ao acatar a proposta, o relator abriu um novo flanco de discórdia, em especial junto ao grupo interpartidário, coordenado pelo deputado Euclides Scalco.

Na primeira reunião dos vice-líderes do PMDB na Constituinte depois do afastamento do senador Mário Covas, o tema foi exaustivamente debatido e a emenda considerada totalmente inaceitável. O texto do relator Bernardo Cabral, mesmo não sendo definitivo, acena com a vinculação global das PMs ao Exército, desde a instrução até a fixação do efetivo das polícias militares estaduais.

Segundo o deputado Euclides Scalco, líder em exercício, o substitutivo não está pronto e, portanto, pode ser alterado. E ele acredita na possibilidade de se modificar esse item que, inclusive, esteve totalmente fora dos debates anteriores, chegando mesmo a surpreender o grupo.

— Ainda estamos negociando e vamos conversar com o Cabral a respeito — disse ao sair acompanhado dos outros seis vice-líderes para uma nova reunião, dessa vez fora da Câmara.

## DF pede hoje eleição para governador

Os presidentes dos partidos políticos do DF vão entregar hoje ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, um documento pedindo eleições diretas para governador, vice-governador e Assembleia Legislativa de Brasília em 1988. A decisão foi tomada ontem, em reunião realizada na sede do PFL/DF, com a participação de líderes dos sete partidos políticos da cidade: PFL, PMDB, PT, PDS, PS, PC do B e PL.

Os líderes políticos e constituintes de Brasília estarão no gabinete do relator às 15h para entregar o documento. Caso o deputado Bernardo Cabral não seja encontrado será realizado um "ato político" para oficializar a entrega. As 16h está marcado um encontro dos líderes com os governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para pedir apoio ao projeto que dá autonomia política para o Distrito Federal.

Os parlamentares de Brasília que fazem parte da Comissão de Sistematização deverão fazer pressão junto ao relator para que a proposta de autonomia política do DF seja incluída no substitutivo que será entregue sexta-feira pelo deputado Bernardo Cabral. O documento dos políticos de Brasília denuncia rumores de eleições nas satélites, inviabilizando a de governador.

## Esquerda faz críticas à prorrogação

A decisão do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de prorrogar por três dias o prazo para a entrega do substitutivo do relator Bernardo Cabral foi criticada pelas lideranças do PC do B, do PT e do PDT, na sessão de ontem da Câmara.

O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) acredita que a "proteção sistemática" dos trabalhos da Constituinte tem acontecido por causa da principal dificuldade surgida nas discussões do novo texto, o impasse sobre o sistema de governo. "Está ficando cada vez mais claro que o conflito criado em torno da questão é uma polêmica com o Palácio do Planalto", afirmou o comunista, que defende o parlamentarismo implantado em uma só etapa.

Ulysses chegou mais tarde e não ligou para as críticas.

## Atraso é certo. Carta pode sair no ano que vem

Com as alterações que vêm se tornando constantes nos prazos fixados no cronograma da Constituinte, geradas por intermináveis impasses sobre pontos polêmicos, a nova Constituição não poderá mesmo ser promulgada ainda este ano. Esta constatação foi feita ontem pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) que está procurando evitar o confronto nas fases de votação em plenário, o que atrasaria ainda mais os trabalhos.

No dia 15 de novembro, data anunciada pelo presidente Ulysses Guimarães para a promulgação da Carta definitiva, o projeto de Constituição ainda estará sendo discutido em plenário para a votação em dois turnos junto com milhares de emendas de destaque. "A não ser que haja um acordo para a votação, esta Constituinte irá estourar o ano, avançando

para 1988", previu o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

O aumento de três dias no prazo para que o relator Bernardo Cabral encaminhe o parecer sobre as emendas com o segundo substitutivo à Mesa da Constituinte, irá provocar o atraso simultâneo de todas as fases posteriores, sendo que o projeto final só chegará ao plenário da Constituinte por volta de 12 de outubro, onde permanecerá por 40 dias para discussão e votação em dois turnos.

No primeiro cronograma divulgado para os trabalhos da Constituinte, todas as etapas resultavam num total geral de 229 dias corridos até 15 de novembro de 1987. Quando o substitutivo chegar ao plenário da Comissão de Sistematização no dia 24 de setembro, já terá se passado mais de 200 dias da instalação da Constituinte, em 1º de fevereiro de 1987.

## VEJA OS NOVOS PRAZOS

**Sexta-feira (18/09)** — Apresentação do novo substitutivo com parecer sobre as emendas  
**Sábado (19/09)** — Prazo de dois dias para publicação e distribuição dos avulsos  
**Segunda-feira (21/09)** — Prazo de dois dias para requerimento de pedidos de destaque  
**Quarta-feira (23/09)** — Organização dos pedidos de destaque pela Comissão de Sistematização  
**Quinta-feira (24/09)** — Início do prazo de 15 dias para discussão e votação do Substitutivo com destaque na Comissão de Sistematização  
**Sexta-feira (09/10)** — Redação final do Substitutivo  
**Sábado (10/10)** — Prazo de dois dias para publicação de distribuição de avulsos.  
**Segunda-feira (12/10)** — Data a ser confirmada pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para o encaminhamento do projeto definitivo ao plenário da Constituinte, onde permanecerá por 40 dias para discussão e votação em primeiro turno

## O País pára à espera de nova Constituição

SERGIO CHACON  
Editor de Política

A nova Carta só ficará pronta em fevereiro. E olha lá. As reuniões fechadas nas escondidas ensejadas do Lago Paranoá prometem se arrastar por mais quatro meses, em discussões inconclusivas e intermináveis sobre um projeto ruim, que deveria ter sido arquivado. Prolongase o tempo de elaboração da Carta e a agonia da sociedade que vê o País parado.

O desinvestimento estrangeiro é uma realidade. Os investimentos privados estão paralisados e a criação de empregos, congelada. O País só volta ao normal quando os 559 constituintes concluírem seu trabalho, mas isso já parece impossível, um sonho. O governo cancela à tarde os acordos que fez de manhã e não consegue 47 votos numa comissão cujos 93 integrantes são conhecidos desde abril. Os grupos que monopolizam a Constituinte não chegam nunca a um consenso. A cada momento, novas manobras de cúpula tentam impedir que o plenário cumpra seu dever de votar as questões polêmicas e obrigar a uma dilatação dos prazos, nova prorrogação desse angustiante estado de espera.

Se o País vivesse num regime parlamentarista como se quer implantar, o gabinete já teria sido derrubado por uma moção de desconfiança por falta de

entrosamento com o Congresso. A Câmara também já teria sido dissolvida por incapacidade de formar uma maioria.

A opinião pública já se desinteressou pela Assembleia. Quem não se desinteressou está com raiva, revoltado com a proliferação de grupos fechados. As negociações no Instituto Israel Pinheiro, na Fundação Getúlio Vargas e no Prodase deixam de fora 95% dos constituintes, esvaziam os debates de plenário e não produzem o esperado consenso.

Há mais de 60 dias, desde que foram encerrados os trabalhos das Comissões Temáticas, discute-se o sistema de governo. Doze propostas diferentes para implantação do parlamentarismo, dezenas de sugestões para aperfeiçoamento do presidencialismo e reuniões intermináveis às centenas, impedem que outras questões importantes, como a organização da economia, a exploração do subsolo, a questão urbana, entre outras, sejam tratadas com a profundidade desejada pelo País.

Se o parlamentarismo já estivesse implantado, estaríamos decidindo o presente e o futuro os mesmos senhores que discutem a Constituinte em dezenas de reuniões em **petit comité**. Vi-riamos em assembleia geral permanente na Câmara dos Deputados. Fora do plenário, é claro, pois os

políticos brasileiros temem decidir as questões no voto.

Ignora-se a regra fundamental da democracia, de que a maioria vota e as minorias esperneiam e depois respeitam as decisões do bloco majoritário. A política tupiniquim quer resolver tudo com negociações a portas fechadas, com um jeitinho, um jogo de palavras. Se o Dr. Ulysses quer o presidencialismo e o senador Fernando Henrique Cardoso insiste no parlamentarismo, negocia-se um sistema misto, nem presidencialista puro e nem parlamentarista verdadeiro. Um meio termo que em pouco tempo conduz a nova crise, até a um golpe, quem sabe.

Mas a culpa não é só dos políticos, desacomodados a exercer o poder de fato. Não é só a **politicaiha** a que se refere o deputado Plínio de Arruda de Sampaio (PT-SP).

O governo também tem culpa. Demonstra incompetência por exemplo, para garantir, na Comissão de Sistematização, os 47 votos necessários a manter o presidencialismo ou decidir qualquer outro assunto de seu interesse.

O governo não se impõe. Os constituintes não decidem. E a sociedade vê a crise avançar enquanto se discute o parlamentarismo. Mitigado, naturalmente, sem dissolução da Câmara, preservando todos os mandatos.

## Sobram reuniões, falta acordo

O senador Itamar Franco (PL-MG) propôs ontem, antes de começar a sessão do Senado, uma aposta: o Presidente da República, garante, já passou mais tempo discutindo o sistema de governo e a procura de uma fórmula conciliatória do que em reuniões ministeriais desde o início do Governo. Como não achou quem aceitasse a aposta, Itamar foi além: garante que nas conversas com constituintes o Presidente tem discutido mais seu mandato e o sistema de Governo do que qualquer outro tema. Ninguém aceitou.

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), pós o pátio, apressado, às 16h45, e mandou sua secretária localizar o motorista com urgência porque ia ao Planalto saber, de uma vez por todas, se o Presidente da República aceitava ou não acordo em torno da emenda do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que prevê a implantação do gradualismo. Cinco minutos antes, proclamaram a posição do Presidente em favor do parlamentarismo, reafirmada, horas antes, ao deputado Manoel Mo-

reira (PMDB-SP).

A pressa de Lourenço tinha um motivo. Chegara-lhe, através de jornalistas, a informação de que levantamento do Governo indicava a maioria parlamentarista na Comissão de Sistematização e que o Presidente já aceitava a emenda Bonifácio de Andrada.

"Participei esta manhã de uma reunião na casa do Ulysses e não ouvi nada de novo. Passamos três horas falando de sistema de governo e do mandato e as discussões são as mesmas de quando viajei. Desse jeito a Constituinte não acaba", queixava-se ontem à tarde, o líder do PDS, Amaral Netto.

Já o secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), participou ontem de umas oito reuniões. Só no Gabinete do senador José Richa (PMDB-PR), que está procurando encontrar uma fórmula que não prejudique o presidente Sarney, com o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), parlamentarista, Queiroz esteve umas três vezes.

O presidente do PFL senador Marco Maciel (PE), famoso por estar sempre em reunião, che-

gou da Europa à meia-noite e às 7h30 já estava ligando para o deputado Inocêncio de Oliveira (PE), vice-líder do PFL, para saber as novidades. À noite, convocou uma reunião da cúpula do PFL, em que o deputado Aclenir Guerra (PR) acusou Lourenço de querer impor à bancada sua posição presidencialista. Lourenço tem, na gaveta, uma pesquisa, assinada pelos parlamentares do PFL, em que 85% da bancada fecha com sua posição.

Neste quadro, os presidencialistas é que estão desanimados. Pela primeira vez o senador Edilson Lobão (PFL-MA) admitiu que os parlamentaristas parecem ter mais possibilidades na Comissão de Sistematização e que o acordo em torno de uma fórmula mista poderia acontecer.

Ao início da noite, por volta das 20h, quando saía de seu Gabinete, o senador Itamar Franco encontrou-se com um grupo de jornalistas e pediu a todos que publicassem sua proposta de aposta. "Pode ser que apareça algum irresponsável e aceite" — observou sorrindo.

## PODER & POLÍTICOS

### O difícil acordo

O presidente José Sarney concordou em negociar com os parlamentaristas uma fórmula em torno do regime de gabinete no encontro que manteve, no Palácio da Alvorada, às 18 horas de sábado, com os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), Heráclito Fortes (PMDB-PI) e Cid Carvalho (PMDB-MA), sob as vistas de seu filho, o deputado Zequinha Sarney, e do ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência.

O Presidente continua naturalmente simpático à manutenção do regime presidencialista, mas não fecha a porta à hipótese de um entendimento em torno de uma fórmula séria de parlamentarismo, capaz de resolver os nossos problemas institucionais, conforme teve oportunidade de dizer claramente aos seus interlocutores, no encontro às 18 horas de sábado, no Palácio da Alvorada.

Ao mesmo tempo em que se mostra aberto ao diálogo com os parlamentaristas, Sarney manda dizer pelo ministro Ronaldo Costa Couto e o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, que seu desejo é manter o presidencialismo. Através do seu porta-voz, o jornalista Frota Neto, em entrevista ao jornal **O Estado de S. Paulo**, o Presidente é classificado de parlamentarista histórico.

Há um complicador na fórmula de implantação gradual do parlamentarismo, em torno da qual Sarney aceitou conversar. É o mandato de seis anos. Certos amigos do Presidente procuram explorar seus constrangimentos, acentuando que Sarney é um homem de bem e não iria voltar atrás em sua palavra empenhada em favor dos cinco anos.

Os parlamentaristas afirmam que o sexto ano de mandato é reservado para a implantação do parlamentarismo em sua plenitude, justamente porque se desejava preservar os poderes do atual Presidente da República, evitando dar pretexto aos que, junto dele, no Palácio, acusam o movimento parlamentarista de oposição acobertada ao Governo.

Mas o próprio Presidente não deixa de ficar constrangido, uma vez que foi ele quem tomou a iniciativa de afirmar, alto e bom som, através de uma cadeia nacional de rádio e televisão, que o regime adequado aos interesses do país é o presidencialismo e que seu mandato ficaria em cinco anos.

A única forma possível de pôr em prática o parlamentarismo sem subtrair poderes do atual Presidente da República é o modelo de implantação gradual proposto pelos deputados Cid Carvalho e Bonifácio José de Andrada, através de emenda já apresentada no Capítulo das Disposições Transitórias da nova Constituição.

O texto permanente, que fala em regime parlamentarista clássico, está consubstanciada na proposta do senador Nelson Carneiro, formulada depois dos entendimentos mantidos por diferentes correntes parlamentaristas e que resultou de uma fusão das propostas Afonso Arinos, José Fogaça, Egídio Ferreira Lima e Victor Faccioni. O próprio Arinos deve dirigir carta ao deputado Bernardo Cabral, relator-geral da Comissão de Sistematização concordando com os entendimentos em torno da emenda Nelson Carneiro, ainda que fazendo algumas observações sobre seus termos.

O prazo para apresentação do segundo projeto de Constituição pelo relator Bernardo Cabral foi prorrogado justamente para que presidencialistas e parlamentaristas tenham tempo de chegar a um acordo. O entendimento continua sendo difícil, mas suas chances melhoraram sensivelmente depois da conversação que os parlamentaristas mantiveram com o Presidente da República.

O próprio filho de Sarney, Zequinha Sarney, serviu de ponte nesse entendimento, preparando o encontro afinal realizado na biblioteca do Alvorada entre Sarney e os deputados parlamentaristas de diferentes partidos. A intuição avisa que foram criadas condições para um acordo entre as duas correntes. E isso é bom.

TARCISIO HOLANDA